

PETIÇÃO (MOD) CIVIL E PROC CIVIL

NULIDADE DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

Recurso

re -

SOCIEDADE CIVIL — INSOLVÊNCIA CIVIL - CONCURSO UNIVERSAL DE CREDORES - BANCO - ORIGEM DO CRÉDITO

EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DAª VARA CÍVEL DA COMARCA DE - ESTADO DO e, pelo regime de comunhão universal de bens, portadores do RG nºs e respectivamente e CPF/MF sob nº, com endereço referencial na Comarca de, na Rua nº, onde poderá ser regularmente intimado de todos os atos processuais pessoalmente ou através do advogado outorgado, por seu advogado e procurador que ao final subscreve, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência expor e requerer: INSOLVÊNCIA CIVIL E CONSEQUENTE CONCURSO UNIVERSAL DE CREDORES, nos termos e efeitos do artigo 748 e seguintes do CPC, consubstanciado nos artigos 1.554 e seguintes do CC, com as demais matérias pertinentes à espécie, tendo em vista os seguintes fatos, acontecimentos e razões de direito abaixo aduzidos: DOS FATOS O requerente é comerciante há mais de anos na Comarca de no ramo de, efetuando compras no comércio de, e Em de, em decorrência de renegociação de dívidas de terceiros, contraiu compromissos de caráter civil, com empresas particulares e instituições bancárias, cujos juros embutidos tornaram o valor da dívida inviável em sua administração. Pressionado pessoalmente e psicologicamente por representantes comerciais, empresas de cobranças, portadores de documentos de crédito e bancos comerciais, acabou por emitir vários cheques pré-datados, muitos deles assinados em branco com a promessa de que lhe seria dado prazo para renegociação. No entanto a situação chegou ao limite da suportabilidade, recebendo agora ameaças de protesto, queixas-crimes e pedidos falimentares em empresas onde o requerente figurou como sócio, tudo no sentido de criar um descompasso psicológico-emocional, ao ponto da requerente não conseguir mais sequer permanecer em seu local de trabalho. Cabe salientar que o substrato jurídico e a legitimidade da postulação é no sentido de evitar que o requerente se ja visto pelos representantes comerciais e detentores de crédito como cidadão oportunista, uma vez que parte do seu patrimônio ficou gravado em reforma de lojas e propagandas comerciais, cujo retorno não atendeu ao previsto, causando prejuízo irreparável e seqüela econômica. Assim, decorrente da grave crise econômica que assola o País, e de todos os problemas que assolaram o ramo de atividade, teve que contrair empréstimos de terceiros e instituições bancárias. Todavia, os juros assumiram patamares exorbitantes, tornando-se impossíveis de serem saldados. Viu-se então na contingência de rolar suas dívidas, passando a a dever cada vez mais, a ponto de extrapolar em muito o seu patrimônio, tornando-se impossível saldá-las. As dívidas representadas por emissão de cheques pré-datados, empréstimos bancários, dinheiro arrecadado em empresas de factoring, empréstimos particulares, renegociação de dívidas de terceiros, com garantias de cheques particulares do requerente, ascendem a mais de R\$ (....), tendo em vista que os juros extorsivos e computados na projeção de% (.... por cento) ao mês cumulativos, simplesmente dobraram o valor da dívida original nos últimos dias. Os fornecedores e respectivos credores, têm muitas empresas com vários nomes, razão pela qual necessitando declinar todos para evitar omissão a relação será extensa, porém com número reduzido de detentores do crédito na sua origem, pois muitos cheques pré-datados foram repassados para terceiros, devendo no tríduo processual ser restabelecida a origem do crédito e o quantum devido em sua forma individualizada e com a necessária comprovação. Saliente-se ainda que alguns credores, mascarados na condição de empresa com fornecimento de "meia-nota", mantém títulos de crédito em valor dobrado, repassando para terceiras empresas, as quais embora não se podendo declinar preliminarmente como credoras, são na verdade

detentoras dos créditos por força e efeito de cessão onerosa ou gratuita, cujas condições caberá ao administrador nomeado detectar na época oportuna. Seu patrimônio restringe-se atualmente a um apartamento residencial na Comarca de -, um terreno na Cidade de -, com instalações de uma fábrica de,, terrenos na praia de - e um estoque de mercadorias correspondente ao rotativo de pares de, de várias marcas e modelos, os quais são a base comercial do requerente, cujo valor preliminar de avaliação infere-se a cifra de R\$ (....). Assim, como se pode observar, o seu estado é de insol